

PROCESSAMENTO ELETRÔNICO – ELET

Competência técnica: Processamento
Conhecimentos relacionados: Processamento Eletrônico

Objetivo Geral

Proporcionar aos participantes o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao processamento e à tramitação do processo eletrônico, que tem como objetivo tornar célere a tramitação processual, avançando para, em um futuro próximo, eliminar por completo os autos físicos.

Objetivos Específicos

- Estudar e interpretar a legislação específica e atos normativos que versem sobre práticas no processamento eletrônico.
- Conhecer as rotinas cartorárias do processamento eletrônico para organizar e executar as atividades de processamento de forma célere e eficiente.
- Exercer todos os atos necessários ao processamento dos processos eletrônicos para a busca de um judiciário mais ágil.

Metodologia e Recursos

Aulas expositivas, materiais de leitura, manuseio do sistema DCP e suas ferramentas.

Conteúdo Programático

- Introdução ao conceito de processo eletrônico;
- Legislação fundamental do processo eletrônico;
- Reflexões sobre a Lei 11.419 de 19 de dezembro de 2006;
- Peticionamento eletrônico;
- Consulta a manuais e vídeos do processo eletrônico;
- Dicas do sistema;
- Consulta a informações importantes – processo eletrônico;
- Sistema de cadastro de pessoa jurídica;
- Cadastro presencial;
- Cadastro web;
- Senha provisória;
- Portal de serviços;
- Distribuição processual;
- Processos distribuídos por dependência;
- Distribuição processual por funcionário da distribuição;
- Processo secundário – criação;
- Processo com classe genérica;
- Indisponibilidade do sistema;
- Central de autuação e vinculação de documentos ao processo;
- Informações oriundas de autoridades e órgãos públicos e ofícios daqueles que não sejam parte no processo judicial;

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Objetos que devem fazer parte do processo e não podem ser digitalizados;
- Documentos que devem fazer parte do processo e não podem ser digitalizados;
- Locais virtuais - rotina cartorária;
- Bloqueio e desbloqueio de processo eletrônico;
- Lembrete no processo eletrônico;
- Vinculação e juntada de documento físico ao processo eletrônico;
- Exportação de processo eletrônico;
- Desentranhamento de documento;
- Permissão de acesso a documentos;
- Intimação eletrônica;
- Citação eletrônica;
- Intimação eletrônica automática;
- Citação eletrônica automática;
- Remessa de processos eletrônicos;
- Declínio de competência;
- Carta precatória eletrônica;
- Audiência;
- Expedição do mandado de pagamento eletrônico;
- Requerimento de protesto;
- Inclusão de anexos ao processo;
- Permissão de acesso a documentos;
- Digitalização e virtualização de processo;
- Arquivamento na serventia;
- Remessa de processo para central de arquivamento;
- Fluxos automatizados.

Avaliação

Verificação de aprendizagem escrita aplicada ao final do curso.

Bibliografia

BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm> Acesso em: 02 de julho de 2018.

BRASIL. Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 20 dez. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm>. Acesso em: 22 out. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Resoluções. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/cedes/resolucoes>>. Acesso em:
Acesso em: 22 out. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Resoluções. Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <
<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/cedes/resolucoes>>. Acesso em:
Acesso em: 22 out. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Atos Normativos. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <
http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/vice_pres/3vice_pres/legislacao/atos-normativos-externos >. Acesso em: 22 out. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Avisos. Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <
http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/vice_pres/3vice_pres/avisos_3_vice >. Acesso em: 22 out. 2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO. Manuais de Processo Eletrônico. Rio de Janeiro. Disponível em: <
<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/intrav2/manuais/manuais/manuais-e-videos-do-processo-eletronico>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

Carga Horária

18 horas.

Atualização: 15/01/2020	Revisão: 03
-------------------------	-------------